

# ***A produção da identidade afro-brasileira no pós-abolição: Imprensa negra em Porto Alegre (1902-1910)***

DIOGO DE MORAES VIEIRA<sup>1</sup>  
MARIA ANGÉLICA ZUBARAN<sup>2</sup>

## RESUMO

O objetivo principal do presente trabalho é resgatar a historicidade da memória social das populações afro-descendentes no pós-abolição e apontar os múltiplos significados atribuídos ao cativo e à liberdade pelas lideranças negras no jornal *O Exemplo*. Trata-se de analisar como os afro-descendentes se auto-representaram e produziram suas identidades, negociando e contestando as representações hegemônicas no contexto histórico das lutas contra o racismo e a exclusão social em Porto Alegre na primeira década do século XX.

**Palavras-chave:** memória, identidade, pós-abolição.

## ABSTRACT

The main aim of this article is to rescue the historicity of afro-descendants' social memory in the post-abolition society and to indicate the multiple meanings of slavery and freedom produced by black leadership in the newspaper *O Exemplo*. We intend to analyze the ways African descendents identified themselves and produced their identities, negotiating and resisting hegemonic representations in the historic context of racism and social exclusion in Porto Alegre in the first decade of 20th century.

**Key words:** memory, identity, post-abolition.

---

<sup>1</sup> Acadêmico do Curso de História/ULBRA – Bolsista PROICT/ULBRA

<sup>2</sup> Professora - Orientadora do Curso de História/ULBRA e do Pós-Graduação em Educação/ULBRA (mariazubaran@yahoo.co.uk)

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho analisa como os afro-brasileiros reavaliaram os significados do cativo e da liberdade na imprensa negra no pós-abolição, como se apropriaram das memórias da escravidão e da abolição na construção de identidades étnico-raciais na recém inaugurada república brasileira. O objetivo principal é historicizar a construção da identidade negra no pós-abolição e contribuir para desnaturalizar as explicações sobre as relações raciais no Brasil centradas na “herança” da escravidão. Trata-se de analisar como as próprias lideranças negras se auto-representaram e produziram identidades negras, negociando e contestando as representações hegemônicas no contexto histórico das lutas contra o racismo e a exclusão social em Porto Alegre na primeira década do século XX.

A chamada imprensa negra é aqui entendida como uma instância privilegiada para o exame dos mecanismos e estratégias implicados no processo de socialização e educação dos sujeitos negros e estreitamente relacionada à construção das suas identidades culturais. O jornal negro *O Exemplo* foi o primeiro registro impresso da história da comunidade negra porto-alegrense, tratando-se de um testemunho de inestimável valor histórico e cultural para o resgate da memória das populações afro-descendentes no pós-abolição.

As recentes discussões teóricas da historiografia brasileira sobre o pós-abolição no Brasil (RIOS, 2005; GOMES 2003, 2005) têm chamado a atenção para o fato de que durante muitos anos as relações raciais e a situação do negro no pós-abolição foram percebidas de forma quase naturalizada como herança direta da es-

cravidão moderna. Como afirma Flávio Gomes, “a maior parte das explicações sobre a ‘herança’ da escravidão na constituição do racismo contemporâneo fez desaparecer uma parte da história” (GOMES, 2003, p.39). A memória social e cultural dos libertos foi como que apagada. De acordo com Rios & Mattos (2005), desde os anos 1970 e principalmente nos anos 80, o rompimento com os diversos paradigmas estruturalistas até então predominantes implicou uma abordagem das sociedades pós-emancipação mais centrada na experiência dos libertos, no estudo das suas aspirações e representações em face do processo emancipacionista. Neste sentido, a relevância deste estudo está em buscar resgatar a historicidade da memória social das populações afro-descendentes no pós-abolição, a partir das suas próprias representações e das suas memórias da escravidão e da abolição, abrindo novas possibilidades para o estudo das culturas e identidades negras no Brasil.

Na perspectiva teórica dos Estudos Culturais, entendemos a educação e a construção das identidades negras para além dos processos educativos formais, articulada a processos culturais, sociais e políticos mais amplos, constituintes de toda a experiência humana. Como demonstra Dagmar Meyer, “há uma multiplicidade de outros espaços e meios, além da escola, que estão enredados com a produção daquilo que nós somos e daquilo que nós sabemos, ou daquilo que nós pensamos ser e pensamos saber” (MEYER, 2002, p.55). Portanto, a imprensa negra porto-alegrense será investigada como espaço de produção de significados e de representações sobre as identidades negras. Na perspectiva teórica de Hall (1996, 2003) e Gilroy (2001), entendemos que as identidades negras da diáspora são construídas a partir da experiência

radical de desraizamento e constante metamorfose cultural e que são construções históricas, contingentes e em estreita conexão com o poder. Esta concepção de identidade está no centro da perspectiva teórico-metodológica deste trabalho. É importante salientar ainda, que conforme refere Gilroy (2001), a experiência compartilhada da escravidão e da emancipação representa a raiz das identidades negras diáspóricas e é nas memórias destas experiências e na luta contra o racismo e o terror racial que muitas vezes lhe sucedeu que se funda politicamente a identidade cultural dos negros no Ocidente. De acordo com o autor, a noção da diáspora negra mostra-se extremamente esclarecedora para a compreensão dos processos de racialização no Ocidente porque ultrapassa as perspectivas nacionais e nacionalistas e permite recuperar a experiência da dispersão global das pessoas negras nas Américas, no Caribe e na Europa, numa longa história de interconexões culturais que resultaram de uma série de migrações forçadas e voluntárias.

Nesta pesquisa, nosso foco de análise estende-se de 1902 até 1910, período em que examinaremos as representações mais recorrentes das lideranças afro-brasileiras relacionadas às denúncias de preconceitos raciais e às comemorações da Lei do Ventre Livre (29/Set/1871) e da Lei Áurea (13/Maio/1888) em Porto Alegre. Nestas datas, as lideranças afro-brasileiras manifestavam-se na imprensa negra reavaliando suas experiências do cativeiro e da liberdade, reescrevendo e reinventando a história negra no pós-abolição. De acordo com Maurice Halbwachs, “as datas e personagens históricos são indicadores empíricos da memória coletiva e participam das definições do que é comum a um grupo e do que o faz diferente dos outros”

(Apud. POLLACK, 1989, p. 4). Neste sentido, para este autor, a memória fundamenta sentimentos de pertencimento e demarca fronteiras sociais e culturais. Vale apontar, como refere Peter Burke, que as memórias de alguns grupos sociais resistem ao desarraigamento e transplantação, como foi o caso particular dos escravos negros transportados para o Novo Mundo, que apesar desse desarraigamento, conseguiram agarrar-se a parte de sua cultura e reconstruí-la na América (BURKE, 2000, p. 76). Stuart Hall destaca a importância da redescoberta imaginativa da história do tráfico, da escravidão e das migrações como recursos de resistência e identidade, quando a perda da identidade começa a ser superada e as conexões esquecidas são restabelecidas (HALL, 1996). Por outro lado, Michael Pollack enfatiza que as memórias negras são subterrâneas, parte integrante das culturas minoritárias, que se opõem à “memória oficial” e afloram em momentos de crise, onde haja conflito entre memórias concorrentes (POLLACK, 1989, p. 4). Neste sentido, a análise das memórias negras no pós-abolição se configura como uma conjuntura favorável a irrupção das memórias marginalizadas ou silenciadas da escravidão, favorecidas pelo contexto de uma nova ordem política que acenava com a possibilidade da integração dos negros na sociedade brasileira e de projetos orientados na direção da conquista de seus direitos como cidadãos brasileiros. De acordo com Gilberto Velho, o significado da memória articula-se à elaboração de projetos que dão sentido e estabelecem continuidades entre momentos do passado e do presente. Gilberto Velho refere que os projetos são dinâmicos e que essa dinâmica dos projetos e da construção de identidades leva as referências do passado a um processo permanente de reconstrução (VELHO, 1988, p. 124-125).

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Como surgiram os jornais dirigidos por negros? No período pós-abolição os libertos e seus descendentes eram geralmente representados de forma negativa pela imprensa branca e o espaço para a comunidade negra nesses periódicos era nulo. Foi neste momento, em 1892, que o jornal *O Exemplo* apareceu em Porto Alegre, sendo o pioneiro da imprensa negra no Brasil. Era um jornal semanal, de quatro páginas, que saía aos domingos, de tiragem modesta e vendido pelos próprios editores na sede do jornal e através de assinaturas semestrais. Após alguns anos de existência no final do século XIX, entre 1892 a 1897 (MÜLLER, 1999), voltou a circular no início do século XX, em 1902, logo após a proclamação da República. Sua publicação foi suspensa novamente em 1903, reaparecendo em 1904 e mantendo-se em atividade até 1905. Os demais exemplares pesquisados são do período de 1908 até 1910. De acordo com Moraes (2000) *O Exemplo* reiniciará suas atividades em 1916 e encerrará definitivamente sua publicação em 1930. A ele seguiram-se muitos outros periódicos negros, principalmente em São Paulo, *A Pátria* (1889), *O Alfinete* (1918), *O Kosmos* (1922), *Tribuna Negra* (1928) e *Progresso* (1928). No interior do Rio Grande do Sul, em Pelotas, *O Alvorada* (1907-1965) foi o que teve a mais longa existência.

No início da República, na primeira década do século XX, entre 1902 e 1910, o jornal negro *O Exemplo* publicava as primeiras denúncias públicas contra o “preconceito de cor” que impedia o negro do direito de reunião em público, de frequentar hotéis, clubes, cinemas, teatros, restaurantes, orfanatos, escolas, bondes e praças públicas em Porto Alegre.

Emergimos do meio do povo para rebatermos os golpes de desprezo que os preconceitos estúpidos pensam desferir contra a incerteza de nosso caráter para clamar por justiça, quando qualquer violência venha ferir nossos direitos perante as leis. (*Exemplo*, 26/out/1902)

Durante esta primeira década do século XX, são relatados abusos contra as mulheres negras nos transportes públicos, particularmente, na Cia Carris de Ferro Porto-Alegrense, denúncias da violência praticada pela polícia administrativa espancando negros arbitrariamente, de desrepeito público aos negros, que eram xingados quando andavam à noite pela rua. Em 1910, uma coluna de reminiscências, lembrando a data de fundação do *Exemplo* em 11 de dezembro de 1892, denunciava a invasão dos lares negros em festa por falta da licença da polícia para dançarem, a recusa de matrícula de um menino no colégio Nossa Senhora do Rosário por ser muito moreno, a situação das órfãs, meninas negras expostas aos rigores dos serviços domésticos, porque os asilos negavam-se recebê-las por serem muito morenas, o racismo manifestado ao deputado negro carioca, Manoel da Motta Monteiro, quando de sua visita a Porto Alegre em janeiro de 1910, a recusa da Marinha Nacional, na capital federal de receber dois menores de cor preta. Também muito se bateu *O Exemplo* na denúncia dos insultos e preconceitos raciais da imprensa porto-alegrense, particularmente, do *Correio do Povo*. O mais surpreendente é que essas denúncias ocorriam numa época em que em geral a opinião pública não admitia que no Brasil havia preconceito ou discriminação raciais. Neste contexto, as lideranças negras do *Exemplo* apresentavam-se como as reponsáveis pela luta contra os falsos precon-

ceitos que humilhavam os negros, particularmente, contra os que representavam os afro-brasileiros como passivos e ignorantes.

O *Exemplo* é a voz do homem de cor preta e todos nós, os negros temos como primeiro dever sustentá-lo a despeito de tudo e de todos, porque ele diz bem alto que não somos como muitos querem, antes que somente nascemos para a passividade da obediência incondicional e armazéns de ignorância, porém homens para agir e para pensar. (02/10/1904)

Percebe-se que nesta primeira década do século XX, uma das estratégias da construção das identidades negras passava pela rejeição das representações de seres irracionais, de bestas humanas sem capacidade cognitiva, que lhes foram atribuídas pelo racismo moderno. Por outro lado, esta primeira fase do jornal *O Exemplo* no período pós-abolição será marcada pela reescrita e reinvenção da história negra, que neste primeiro momento terá como marcos referenciais as leis abolicionistas de 28 de Setembro de 1871 e de 13 de Maio de 1888 e seus redatores.

Woodward (2000), teórica dos Estudos Culturais, refere que os movimentos étnicos ou religiosos com muita frequência estabelecem identidades pelo apelo a antecedentes históricos, a uma história em comum, tentando reafirmar no passado identidades supostamente perdidas. A autora lembra que, muitas vezes, a construção dessas identidades envolve reivindicações essencialistas, apelando para verdades históricas, fixas, imutáveis. Por outro lado, Hall (1996) destaca que há uma segunda posição relacionada às identidades culturais, que reconhece que, assim como há similaridades há também pontos de diferença que constituem “o que nós nos tor-

namos” já que a história interveio. Para Stuart Hall, as identidades longe de fixas em um passado essencializado, estão sujeitas ao contínuo “jogo” da história, da cultura e do poder. Parece-nos que, no caso da construção das identidades negras em Porto Alegre, na primeira década do século XX, há uma certa ambigüidade, relacionada à reinvenção do passado histórico, porque se por um lado essas memórias negras referiam-se à discursos oficiais e apresentaram-se essencializadas, fixas e imutáveis, em outros momentos, as representações sobre o cativo associadas aos marcos históricos da campanha abolicionista, aparecem ressignificadas e relacionadas às necessidades das lutas travadas no presente. Neste sentido, as identidades culturais negras parecem se adequar a esta segunda posição enunciada por Hall no sentido de que há um deslocamento de significado, provavelmente resultante das novas posições desses sujeitos negros no pós-abolição.

Assim que, se por um lado, a Lei de 28 de Setembro foi representada como o primeiro passo que foi dado “em prol dos miseráveis escravizados” e José da Silva Paranhos, Visconde de Rio Branco, elevado a vulto grandioso, registrando uma continuidade com as representações hegemônicas, por outro lado, o redator afro-brasileiro do jornal *O Exemplo*, Espiridão Calisto, explicava que a Lei de 1871 veio acabar com a aberração que tratava seres humanos como animais e, neste sentido, rompia e desnaturalizava as representações hegemônicas que os representava como bestas humanas.

Daí a nossa veneração, beatificação ante a sagrada efígie do mortal Visconde, pois a Lei de 28 de Setembro de 1871 veio exterminar a espantosa aberração que igua-

lava as éguas que geram crioulos, aos benditos ventres das mulheres que conceberam homens de genial e maravilhosa cerebração como José do Patrocínio, Luiz Gama e outros. (*O Exemplo*, 28/9/1904, p.1)

Por ocasião dos discursos comemorativos do aniversário da Lei do Ventre Livre, a escravidão foi freqüentemente lembrada pelo martírio dos escravos e pela subserviência dos negros e as celebrações da Lei tornaram-se a ocasião da afirmação da humanidade dos negros.

Não existiu, nem existirá mais no vasto território da América Meridional fato mais infame, cruel e desumano do que o da escravidão, esta condição infeliz na qual os pais além de viverem sob o cruel jugo da mais passiva das subserviências, de serem vítimas dos piores martírios não tinham direito sequer sobre seus próprios filhos, porque eram antes coisas do que homens. (*O Exemplo*, 28/09/1909)

Nestes casos, das denúncias dos martírios da escravidão, era como se o longo silêncio sobre o passado escravista fora quebrado no pós-abolição e as lembranças dos traumas da escravidão emergissem na imprensa negra, evidenciando a sobrevivência de lembranças dissidentes que esperavam o momento propício para serem expressas. Por outro lado, vale lembrar que, embora as celebrações negras da Lei do Ventre Livre estivessem articuladas a uma memória oficial branca, esta era uma data sobre a qual o calendário oficial silenciava mas que era lembrada pela comunidade negra.

A lei cuja data marca o aniversário de sua promulgação, é do número das que desaparecem do computo dos feriados do

calendário para serem consagradas no coração daqueles a quem elas diretamente aproveitam. (*O Exemplo*, 28/09/1904).

As memórias do 28 de Setembro e o olhar sobre o passado histórico permitiram também que as lideranças do Exemplo recriassem a identidade da comunidade negra de Porto Alegre como descendentes dos povos da África.

A data que passa hoje, 28 de Setembro, asinala a vitória alcançada pela civilização desfraldando o estandarte da humanidade contra o exército bárbaro e covarde de piratas sedentos de carne humana de nossos irmãos, os habitantes e descendentes dos filhos da longínqua África. (*O Exemplo*, 28/09/1908)

Essa forma de pensar a identidade cultural negra com uma ancestralidade e história em comum partilhadas na “longínqua África” é a identidade que Hall (1996) refere como uma identidade diaspórica negra. De acordo com o autor, estas imagens propõem uma coerência imaginária à experiência da dispersão e fragmentação que é a história de todas as diásporas forçadas. “África é o nome do termo ausente, a grande aporia, que jaz no centro de nossa identidade cultural e dá-lhe um sentido que ela, até recentemente, não tinha” (HALL, 1996, p. 69).

O resgate das memórias negras do 28 de setembro de 1871 foi também, o momento em as lideranças negras reelaboraram criticamente a independência do Brasil. Na poesia que segue, recitada no salão da sociedade negra Floresta Aurora, na noite de 28 de setembro de 1904, usando como contraponto o Hino Nacional, a independência do Brasil foi reinventada como incompleta, porque mantivera o ventre escravo.

“Já raiou a liberdade no horizonte do Brasil”.

Sendo ainda o ventre escravo da Pátria  
“mãe gentil”.

Que ironia cruel! Que espanto sem igual!

Ouvia-se festivamente o Hino Nacional!

E a pátria ouvia assim as sinicas artimanhas

Sentindo o brasileiro escravo nas entranhas,  
pois se apavorava, chorava e tinha pejo

De Judas dar no filho o seu primeiro beijo!

Foi então que surgiu o imortal Visconde!

E dirigiu-se à Pátria, o grande redivivo:

- Podes ouvir agora o teu Hino Nacional

Que teu ventre não gera um filho mais  
cativo!

(9/10/1904, p. 2)

Em um artigo do Jornal *O Exemplo*, intitulado *gloriosa data*, referindo-se ao 28/09/1871, evidenciava-se novamente a importância das datas históricas para a estruturação das memórias coletivas negras e salienta-se as relações de pertencimento e de diferença na construção da identidade cultural negra. De um lado, a identidade nacional era o que possuíam em comum com os outros brasileiros, de outro lado, a experiência da escravidão era o que os diferenciava e os fazia particular. Neste sentido, como referi anteriormente, o 28 de Setembro representava muito mais do que o 7 de setembro para a comunidade negra portoalegrense na primeira década do século XX.

Se o 7 de setembro merece as bênçãos dos brasileiros, por ser o marco do término

do aviltante jugo português, 28 de setembro merece muito mais pois ele veio suavizar as dores da mulher mãe, da infeliz escrava, que já suportando os rigores de sua sorte, ainda com viva mágoa, via sair de seu ventre o seu amor querido preso aos elos da horrenda e repugnante cadeia – a escravidão. (*O Exemplo*, 28/09/1909, p. 1)

No que se refere às memórias negras do 13 de maio na primeira década do século XX, como sugere Flávio Gomes, no contexto imediato do pós-abolição, “a questão parecia ser não tanto quem eram os protagonistas da liberdade, mas sim quais os significados desta. Liberdade para quê?” (GOMES, 2005, p. 11) Em Porto Alegre, o 13 de maio de 1904, foi comemorado com o reaparecimento do Jornal *O Exemplo*, que deixara de funcionar em 1903 devido a dificuldades econômicas.

Das suas próprias cinzas, como a phenix da fábula, eis que resurge, promissora e gloriosamente, *O Exemplo*, a tão modesta quão brilhante folha cuja primeira fase é uma ininterrupta série de esforços em prol de nobres ideais e de lutas contra falsos preconceitos. (*O Exemplo*, 13/maio/1904)

Neste ano de 1904, a data do 13 de maio foi celebrada na comunidade negra, ora lembrando um passado histórico transcendente, comum e imutável e então representada como “a mais gloriosa data da história brasileira”, a “data reparadora dos males do passado”, o momento de “destruição de todos os preconceitos”, ora a data foi reatualizada pelas dificuldades e lutas travadas no presente contra os preconceitos que ainda humilhavam os negros no pós-abolição.

A nossa modesta folha ressurgida no 13 de maio, data que efusivamente festejamos, vem despertar o espírito adormecido de um povo vítima das injustiças de todos os abomináveis preconceitos; avisando-o que ainda existem no seio da nossa sociedade elementos fortes que clamam e combatem pelos nossos direitos...(13/maio/1904)

O 13 de maio de 1904 foi comemorado ainda pela comunidade negra porto-alegrense com festas e atividades culturais nas sociedades negras e nas ruas do bairro conhecido como colônia africana, hoje atual Rio Branco.

Os moradores da rua Tiradentes por iniciativa do Sr. Abel de Oliveira fizeram levantar ali um coreto onde durante a tarde e até às 9 horas da noite, tocou a banda musical dirigida pelo sr. João da Cruz Amaral. (22/maio/1904)

Na Sociedade Floresta Aurora, uma das mais importantes sociedades negras de Porto Alegre, criada ainda no século XIX, a data do 13 de maio foi comemorada com uma grande festa, com apresentação da peça teatral *Filho Bastardo*, de Arthur Rocha, pelo Centro Dramático Floresta Aurora, fogos de artifício, banda de música, poesias e discursos. Em outras localidades do Estado, como em São Leopoldo e em Santa Maria, respectivamente, nas sociedades negras, *União Leopoldense* e *13 de Maio*, também comemorou-se a data. Ainda no mês de maio de 1904, *O Exemplo* lançou um número especial alusivo ao 13 de maio e homenageou uma liderança da comunidade negra, o tenente-coronel Aurélio de Bittencourt, estampando seu retrato na primeira página do jornal e dedicando-lhe longo editorial, onde destacaram suas contribuições como sócio benemérito da sociedade Floresta

Aurora e Sociedade Beneficência Porto Alegre, prior na Confraria Nossa Senhora do Rosário e líder do movimento abolicionista gaúcho, quando atuou como porta voz dos primeiros manifestantes que saudaram a abolição no 13 de maio de 1888 em Porto Alegre. Foi representado, como “o maior atleta na luta pela conquista dos direitos civis e políticos dos negros”. Desta forma, *O Exemplo* construía modelos de lideranças negras, referências positivas para a comunidade negra. Entre estas lideranças afro-brasileiras apontadas pelo jornal, destacam-se: André Rebouças, Marcílio Dias, Cruz e Sousa, Luís Gama, José do Patrocínio, Henrique Dias e João Cândido.

Por outro lado, nas comemorações do 13 de maio dos últimos anos da primeira década do pós-abolição, as memórias da escravidão que emergem revelam um enfoque moralizador que, como sugere Sandra Pesavento, estava associado aos discursos higienistas, que deflagaram campanhas moralizadoras contra os cortiços e becos do centro da cidade. De acordo com a autora, esses discursos de cunho moralizante circularam na chamada imprensa popular da época desde o final do século XIX e tinham como alvo os populares habitantes dos becos e suas práticas que eram frequentemente condenadas (PESAVENTO, 2001, p. 39). No jornal *O Exemplo*, esse enfoque moralizador aparece na forma como a escravidão foi resignificada no passado como a causa dos males da comunidade negra, particularmente, da ignorância e da embriaguez, que teriam contribuído para a desmoralização do escravo e que seriam também apontadas como as principais causas dos problemas da comunidade negra no pós-abolição. Por outro lado, o “saneamento moral”, passava pela instrução e pelo trabalho apontados como as condições que



assegurariam o desenvolvimento moral da comunidade negra. Nos discursos proferidos por ocasião das comemorações do 13 de maio no final da década de 1910, percebe-se que as falas dos articulistas do *Exemplo* assumiriam um tom quase sagrado na defesa da honra e da moral da comunidade negra.

No meio dessas misérias que bastam para a desmoralização do escravo ia se pervertendo os mais rudimentares preceitos da moral. ...O escravo tornava a senzala um templo de vênus bárbaro onde a poligamia reinava desenfreada, feroz como os instintos bestiais. A ignorância era o estigma da época e o escravo entregava-se a embriaguês... Atravessava-se um época de um barbarismo feroz! ... Entremos pela porta augusta do trabalho, onde a beleza empolga a imaginação e os afasta dos problemas que desanimam... E saímos pela coluna da glória, marchando como um exército vitorioso em direção a canaan dos eleitos, cantando hosanas ao 13 de Maio! Salve a Liberdade! (06/6/1909)

As comemorações do 13 de Maio de 1910, assinalam ainda um deslocamento nos significados atribuídos à liberdade no pós-abolição, que passa a ser representada como incompleta e associada às sombrias imagens da comunidade negra, particularmente, no que se refere às crianças negras, que já nesta época, perambulavam pelas ruas de Porto Alegre. O 13 de maio passa a ser também uma data de denúncias e críticas contra os asilos e orfanatos católicos que não recebiam crianças órfãs negras.

O 13 de maio é uma grande data porque com ela começa o redívivo moral da sociedade brasileira... Quando se fez a emanci-

pação os escravos estavam bestializados pela longa vida de miséria e insultos a sua moral...Depois da emancipação, cada um teria de ir para o seu canto trabalhar para poder viver, mas nada podiam porque não entendiam coisa alguma de artes e ofícios. É esta a razão porque ainda hoje vemos pelas ruas, praças públicas, adjacências de teatros, no recinto das tabernas, grande número de descendentes da família escravizada, maltrapilhos, debochados ou embriagados...Também é pungente e doloroso ver-se pelas ruas crianças de cor preta e parda, miseravelmente vestidas, piormente falando, ao jeito dos embriagados...estas crianças são órfãs de fato ou moralmente...Morrendo os seus genitores, algum qualquer as levou a porta de um asilo, de um orfanato católico apóstólico romano, mas seus dirigentes, fiéis ministros da santa religião não os deixam abrigar debaixo do teto de Deus... Como resposta mais categórica e decente a essa farsa, foi a criação do Asilo 13 de maio, ora em projeto, e no qual serão recolhidas as crianças pretas e pardas (...) com a pedra fundamental do "Asilo 13 de Maio" se comemora este ano em Porto Alegre, o dia 13 de maio de 1910. (*O Exemplo*,13/maio/1910)

Com um tom moralizador, os articulistas do *O Exemplo* condenavam a conduta dos negros que "cultivavam as diversões" e atribuíam os "males morais" e a falta de liberdade que atingiam a comunidade negra e, até mesmo o ódio racial, à própria comunidade negra, que no seu entendimento, não se dedicava suficientemente ao trabalho e a instrução:

Para completar a verdadeira liberdade, é necessário que os brasileiros e, principal-

mente os descendentes da raça vilmente escravizada, se convençam que devem, não só cultivarem as diversões, como também repartirem as horas que lhes sobram à dedicarem-se com amor e humanidade pela criação e sustentação do Asilo 13 de Maio, de escolas e centros literários onde nossos irmãos possam encontrar a verdadeira luz e o lenitivo seguro e eficaz para as dores e a enfermidade que lhes corrompe o organismo moral, trazendo como consequência fatal a continuação da falta de liberdade e a odiosidade da raça branca... (*O Exemplo*, 13/Maio/ 1910, p.1)

Para o historiador George Reid Andrews este tipo de explicação da realidade continuada da pobreza e da marginalização dos negros na sociedade brasileira estava articulado com a lógica da democracia racial que não deixava outro recurso a seus proponentes, “se os afro-brasileiros aceitavam o Brasil como uma terra de igualdade, então o seu fracasso nessa terra devia ser atribuído apenas às próprias deficiências”, explicadas em termos da experiência recente da escravidão (ANDREWS, 1998, p. 211).

Portanto, no 13 de maio de 1910, emergiram novas representações da Lei do 13 de Maio e as lideranças negras do jornal *O Exemplo* deixaram de ver a Lei como um momento de ruptura e passaram a apontar as continuidades entre a época da escravidão e o pós-abolição. Esta nova releitura da Lei denunciava a Roda dos Expostos da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre pelo tratamento dado às órfãs e o Juizado de Órfãos como “agências de escravos”.

Os fatos têm demonstrado que a liberdade surgida a 13 de maio de 1888 para a parte do povo diretamente interessado dos

seus efeitos, é um verdadeiro mito, que não passava de uma ficção deslumbrante sem o proveito material e moral para os seus descendentes ...; pois perduram na vida doméstica da população os revoltantes costumes escravagistas, convertendo, de vez em quando, a roda dos expostos em depósito de crias e o juizado de órfãos em agência de consignação de escravos, onde sob o embuste de padrinho ou tutor, (...) são adquiridos “rapazinhos” para copeiros, rapariguinhas para “criadas de dentro” e cozinheiras, enfim, para todo o serviço (até para mulherr dos patrões), e a quem ensinando-os apenas a trabalhar como cães; preenchendo deste modo a falta dos “crioulos” e dos mucamos dos odiosos tempos da escravidão brasileira (...) matam a saudade do tempo em que havia escravos brasileiros, gozando por meio das autoridades da posse de seus desventurados órfãos. (*O Exemplo*, 01/05/ 1910, p. 1)

A partir de 1910, os articulistas do *O Exemplo* passaram a fazer uma campanha para a construção de um abrigo para as órfãs e a criticar as práticas sócio-culturais que faziam parte das comemorações do 13 de Maio:

Este ano, um grupo de abnegados e esclarecidos brasileiros trabalham para que os efeitos da liberdade festejada no 13 de maio não se desfaçam no turno dos foguetes, nas notas de fanfarra, no ecoar glamuroso das festas ... o que precisamos é mostrar que sentimos a falta da liberdade que temos o direito de gozar. (01/05/1910)

O 13 de Maio de 1910 deixou de ser apenas a memória da festa da abolição e novas repre-

sentações emergiram, motivadas por novos projetos identitários em que as memórias não estavam mais referenciadas num passado fixo mas tomavam como referência às condições do presente e a defesa dos direitos à cidadania.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em direção à conclusão deste trabalho, nos referimos novamente aos argumentos de Stuart Hall (1996, 2003) sobre as identidades culturais negras diaspóricas, as quais, como refere o autor, “aparecem articuladas por dois eixos ou vetores em ação simultânea, o vetor da similaridade e continuidade; e o vetor de diferença e ruptura” (HALL, 1996, p. 70). Assim se nos apresentou a construção de identidades afro-brasileiras no jornal negro *O Exemplo*, na primeira década do século XX em Porto Alegre. As lideranças negras atravessadas por diversos discursos atribuíram significados variados às Leis de 28/setembro/1871 e de 13/maio/1888, desde aqueles celebratórios dentro de uma perspectiva da História oficial, àqueles que ressignificaram essas leis, seja na perspectiva moralizadora, vendo-as como leis regeneradoras dos males do passado, mas incompletas devido às deficiências da comunidade negra, seja ainda, rompendo com o passado e constituindo-se como momento de denúncias dos preconceitos e das práticas discriminatórias.

Como referem Hall (1996, 2003) e Gilroy (2001), a identidade negra diaspórica é o resultado de negociações constantes e a história dos afro-descendentes nos mostra que os negros tiveram de reinventar constantemente suas identidades desde sua chegada na América. Em Porto Alegre, no pós-abolição, esta reinvenção da

identidade afro-brasileira esteve estreitamente relacionada ao resgate das memórias da escravidão e da abolição e da reinvencão de sua própria história, tanto no sentido de restabelecer a África como o mito fundador da ancestralidade africana como no sentido de selecionar nas lutas do passado os atributos necessários para enfrentar o racismo e a discriminação no presente. O estudo das representações dos afro-descendentes por ocasião das comemorações dos marcos abolicionistas nos revelou ainda, que esses textos legais foram seletivamente apropriados pelas lideranças negras para a construção simultânea de referências de pertencimento a uma identidade cultural comum como brasileiros e, de outro lado, com referências de pertencimento a uma identidade cultural diferente, como descendentes de africanos. Neste sentido, compartilhamos com Stuart Hall a noção de que a lógica da oposição binária, “as tradições deles versus as nossas”, é incapaz de revelar as formas híbridas da experiência da diáspora negra e que um movimento para além desse essencialismo deve deslocar-se para um novo tipo de posição cultural, uma lógica diferente da diferença, uma lógica do acoplamento. Neste sentido, as lideranças negras no pós-abolição representaram-se simultaneamente, como brasileiras e negras, significando que naquele momento histórico foi importante valer-se destas duas posições identitárias, tanto para lutar pelo status de cidadãos brasileiros como para enfrentar a exclusão social como negros. Mas, como refere Hall, “mesmo esses dois termos, unidos pela conjunção “e”, não esgotam todas as nossas diferenças” (HALL, 2003, p. 345). As diferenças raciais e nacionais não nos constituem por inteiro, somos ainda atravessados pelas nossas outras diferenças, de gênero, de sexualidade, de classe, de geração, e é esta proliferação de identidades

e suas articulações que torna os estudos sobre as identidades culturais afro-brasileiras ainda mais complexos e necessários.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDREWS, George Reid. **Negros e Brancos em São Paulo (1888-1988)**. Bauru: EDUSC, 1998.

BURKE, Peter. **Variiedades de História Cultural**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

GILROY, Paul. **O Atlântico Negro: modernidade e dupla consciência**. São Paulo: Ed. 34; Rio de Janeiro: Editora da Universidade Cândido Mendes, 2001.

GOMES, Flávio dos Santos. **Experiências Atlânticas: ensaios e pesquisas sobre a escravidão e abolição no Brasil**. Passo Fundo: Editora da UPF, 2003.

GOMES, Flávio dos Santos. **Negros e Política (1888-1937)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

HALL, Stuart. "Identidades Culturais e Diáspora". **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n. 24, p. 68-75, 1996.

HALL, Stuart. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2003.

MEYER, Dagmar. "Das (im)possibilidades de se ver como Anjo..." In: SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves. **Experiências étnico-culturais para a formação de professores**. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

MORAES, Paulo Ricardo. "Imprensa Negra Gaúcha: A Voz que não Cala". In: FERREIRA, Antônio Mario (Org.). **Na Própria Pele: Os Negros no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: CORAG/Secretária de Estado da Cultura, 2000.

MÜLLER, Liane Susan. **Irmandade, jornal e sociedades negras em Porto Alegre 1889-1920**. 1999. Dissertação (Mestrado em História) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1999.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Uma outra cidade: o mundo dos excluídos no final do século XIX**. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 2001.

POLLACK, Michael. "Memória, Esquecimento, Silêncio". **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

RIOS, Ana Lugão; MATTOS, Hebe. **Memórias do Cativo: família, trabalho e cidadania no pós-abolição**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

VELHO, Gilberto. "Memória, Identidade e Projeto". **Revista TB**, Rio de Janeiro, out/dez, 1988, p.119-128. Petrópolis: Vozes, 2000.